

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 20.496 DE 05 DE MAIO DE 2004

GERÊNCIA	MUNICÍPIO	CÓDIGO MEC	UNIDADE ESCOLAR / INTEGRADA	TRANSFORMADA EM
GERÊNCIA DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE PRESIDENTE DUTRA	CAPINZAL DO NORTE	21199850	UNIDADE INTEGRADA ANTONIO JOAQUIM ARAÚJO	COMPLEXO EDUCACIONAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ANTONIO JOAQUIM ARAÚJO
	DOM PEDRO	21127336	UNIDADE ESCOLAR GOVERNADOR LUÍS ROCHA	COMPLEXO EDUCACIONAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO GOVERNADOR LUÍS ROCHA
	GONÇALVES DIAS	21128863	UNIDADE INTEGRADA PROFESSORA MARIA JOSÉ LIMA	COMPLEXO EDUCACIONAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROFESSORA MARIA JOSÉ LIMA

DECRETO Nº 20.530 DE 21 DE MAIO DE 2004

Institui o Sistema Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998 e alterações posteriores, e

Considerando o disposto no art. 227, § 4º, da Constituição Federal, bem como o art. 252 da Constituição Estadual e o art. 2º, incisos I e II da Lei nº 5.130, de 8 de julho de 1991;

Considerando o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes;

Considerando a Resolução nº 06/2002, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que cuida do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes;

Considerando, ainda, o resultado dos trabalhos do Grupo de Estudos, coordenado pela Secretaria Extraordinária de Solidariedade Humana,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, no âmbito do Poder Executivo, envolvendo a Administração direta, indireta, fundacional e empresas em que o Poder Público seja acionista.

Art. 2º - São objetivos do Sistema Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes:

I - coordenar as atividades do Executivo consoante os eixos, ações, metas e atividades estabelecidos pelo Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, aprovado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - estabelecer planejamento anual de suas ações integradas, quantificando metas e produtos a serem atingidos no período;

III - elaborar relatório anual sobre seus resultados;

IV - apoiar a captação de recursos extra-orçamentários para aplicação em suas ações e atividades;

V - articular a participação de organismos da sociedade civil e governamentais de outras esferas federativas nas atividades do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes;

VI - organizar banco de dados sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado; e,

VII - incentivar a elaboração e implementação de Planos Municipais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Art. 3º - O Sistema Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes será orientado por um grupo de trabalho, composto pelos titulares dos seguintes órgãos:

I - Secretaria Extraordinária de Solidariedade;

II - Secretaria Extraordinária de Saúde Preventiva;

III - Secretaria Extraordinária de Coordenação de Gerências de Articulação e Desenvolvimento Regional;

IV - Gerência de Estado de Desenvolvimento Social;

V - Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano;

VI - Gerência de Estado da Cultura;

VII - Gerência de Estado de Esporte;

VIII - Gerência de Estado de Ciência e Tecnologia

IX - Gerência de Estado de Qualidade de Vida;

X - Gerência de Estado de Segurança Pública;

XI - Gerência de Estado de Justiça e Cidadania;

XII - Gerência de Estado de Cidades;

XIII - Gerência de Estado de Planejamento e Gestão;

XIV - Agência de Desenvolvimento de Turismo - ADETUR;

XV - FUNAC - Fundação da Criança e do Adolescente;

XVI - Procuradoria Geral do Estado;

XVII - Defensoria Pública do Estado;



XVIII - Ouvidoria Geral do Estado; e,

XIX - Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.

Art. 4º - Integram o grupo de trabalho referido, na qualidade de entidades parceiras, com direito a voz, sem prejuízo de outras entidades com afinidade de ações:

I - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Tribunal de Justiça do Estado;

III - Procuradoria Geral de Justiça;

IV - Procuradoria Regional do Trabalho da 16a. Região;

V - Polícia Federal;

VI - Polícia Rodoviária Federal;

VII - Federação dos Municípios do Maranhão - FAMEM;

VIII - Rede Estadual de Conselhos Tutelares;

IX - Universidade Federal do Maranhão;

X - Fundação Municipal da Criança e Assistência Social - FUMCAS;

XI - Delegacia Regional do Trabalho;

XII - Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente;

XIII - Fórum DCA

XIV - União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação - UNDIME;

XV - Conselho Estadual de Assistência Social;

XVI - Conselho Estadual de Saúde;

XVII - Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região; e,

XVIII - UNICEF

Art. 5º- A coordenação do Sistema Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes compete a um comitê gestor presidido pela Secretaria Extraordinária de Solidariedade Humana, que indicará seus integrantes por portaria.

Art. 6º- As entidades integrantes do Grupo de Trabalho referido no art. 4º informarão mensalmente ao comitê gestor sobre as atividades relacionadas às ações do Sistema Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, conforme regulamentação por portaria da Secretaria Extraordinária de Solidariedade Humana.

Art. 7º- As transferências voluntárias de recursos do Tesouro Estadual para ações na área da infância e da juventude aos Municípios ficam condicionadas à apresentação de prova de efetiva implementação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de pelo menos um Conselho Tutelar em cada cidade.

Parágrafo único - A prova referida no caput deste artigo consiste em declaração do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 8º- Para os fins de incentivo à guarda previsto pelo art. 227, § 3º, inciso VI da Constituição Federal, art. 253 da Constituição Estadual e pelo art. 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Sistema Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes apresentará ao Chefe do Executivo, em trinta dias, após a publicação deste Decreto, anteprojeto de lei regulamentando a matéria.

Art. 9º - As equipes multidisciplinares que atuam nas unidades do Plano Estadual Antidrogas atuarão no apoio às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias.

§ 1º- O Sistema Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Criança e Adolescentes executará a capacitação continuada em serviço dos servidores integrantes do grupo de trabalho que desempenham suas atividades na execução dos programas que o integram.

§ 2º- A Academia Integrada de Segurança Pública adotará em todos seus programas conteúdo sobre o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Art. 10. As ações e atividades do Sistema Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes terão prioridade sobre as demais atribuições dos órgãos envolvidos.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 21 DE MAIO DE 2004, 183º DA INDEPENDÊNCIA
E 116º DA REPÚBLICA.

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Governador do Estado do Maranhão

CARLOS ORLEANS BRANDÃO JÚNIOR
Chefe da Casa Civil

RICARDO DE ALENCAR FECURY ZENNI
Gerente de Estado de Desenvolvimento Social

ALTEMAR LIMA SOUSA
Gerente de Estado de Desenvolvimento Humano

SUELI ROSINA TONIAL
Gerente de Estado de Qualidade de Vida

RAIMUNDO SOARES CUTRIM
Gerente de Estado de Segurança Pública

LUCIANO FERNANDES MOREIRA
Gerente de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

DECRETO Nº 20.531 DE 21 DE MAIO DE 2004

Regulamenta a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente – DPCA para casos de violência contra crianças e adolescentes.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o que dispõe a Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990, que em seu art. 4º, estabelece prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

Considerando o crescente índice de violência sexual, física, psicológica e negligência contra crianças e adolescentes;